

Desafios do novo governo

FHC

GAUDÊNCIO TORQUATO

Que perfil terá o governo Fernando Henrique? Será um governo com um eixo desenvolvimentista e obreiro? Ou será uma administração mais voltada para programas sociais? Será possível conciliar os dois aspectos? Essas questões começam a inquietar os quadros tucanos, na medida em que um governo sem eixo acabará, entrando num processo de entropia. O presidente eleito já manifestou sua intenção de reforçar os controles e a coordenação. Resta saber se disporá de recursos para implantar programas pesados nas áreas de saúde, educação, segurança, habitação e agricultura, como prometeu na campanha.

Para concretizar as metas de campanha, Fernando Henrique carecerá, em primeiro lugar, promover mudanças de caráter macroeconômico, sem as quais os programas setoriais serão inviáveis. A passagem do modelo de crescimento — amparado no conceito do nacional-desenvolvimentismo — para um modelo mais próximo aos eixos da social democracia é o primeiro grande desafio. Significa alocar um volume extraordinário de recursos para as áreas sociais. Os últimos governos não conseguiram tal intento.

Para avançar rumo ao ideário social democrata, são necessárias profundas reformas constitucionais. A aliança governista, formada pelo PSDB, PFL e PTB, não conseguiu maioria no novo Congresso, cuja renovação é de 57%. E aqui começam as dificuldades do presidente tucano. Mesmo sabendo que

os novos congressistas, em início de legislatura, tendem a aprovar as questões encaminhadas pelo Governo e mesmo se conhecendo o perfil de negociador do novo presidente, pode-se prever um quadro de crescentes dificuldades.

De um lado estarão parlamentares incluídos no bloco clientelistas; de outro, estará a bancada de esquerda, mais forte e ferrenha que a anterior. Os governistas estarão atuando nos espaços centrais, procurando atrair os quadros do PMDB para reforçar sua votação. Será muito difícil obter aprovação para decisões que venham beneficiar o Executivo Federal em detrimento do enfraquecimento dos executivos estaduais e municipais. Ademais, não é de todo improvável se pensar no alto preço que o PFL cobrará por ter integrado a aliança que elegeu Fernando Henrique.

O presidente não conseguirá realizar as reformas no prazo que deseja. Ademais, alguns pontos da reforma são bastante polêmicos, como aqueles que envolvem interesses corporativos, como a estabilidade dos servidores públicos. É possível, até, que consiga realizar as reformas tributária e da Previdência, mais consensuais entre as bancadas de direita e esquerda. Os grandes entraves estarão por conta do Programa Nacional de Desestatização, com a pretendida privatização do setor elétrico e de telecomunicações. A questão da Petrobrás e a quebra dos monopólios também esquentarão os ânimos.

Além disso, Fernando Henri-

que terá de começar a pagar o preço da fatura. De um lado, os petelistas de ACM e Marco Maciel; de outro, os petebistas de José Eduardo Andrade Vieira. E, ainda por cima, deverá abrigar os tucanos em postos-chave, como tática para garantir a implantação, o desenvolvimento e o controle de uma programação social-democrata. Com esses arranjos, não será tarefa fácil a composição de uma identidade homogênea. Se a cara do governo ficar parecida com uma colcha de retalhos, a administração fernando-henriquista acabará sendo igual a dos governos anteriores: sem marca, sem eixos e sem prioridades. Nesse cenário, não há moeda que aguarde.

Mas tudo isso poderá ser superado pela capacidade de negociação do novo presidente. Sua experiência de Congresso certamente funcionará como ariete de abertura de possibilidades. O problema é que a sociedade brasileira já não mais aguenta protelações. Para fechar o ciclo de confiança iniciado com o real, Fernando Henrique terá de apressar as reformas. Sob pena de ver sua força se estiolar, a cada dia. Um presidente entra no governo com 200% de força, mas perde 100% no primeiro ano, por conta do preço das negociações e das energias dispendidas para azeitá-la máquina. Por isso, Fernando Henrique deve aproveitar a take-off do Governo para dar a grande arrancada.

■ Gaudêncio Torquato é jornalista, professor titular da USP, analista político e consultor de marketing eleitoral

— 7 NOV 1994

JORNAL DE BRASÍLIA